

# CADMO

Revista de História Antiga

Centro de História  
da Universidade de Lisboa

24

U

LISBOA

Centro  
de História



MHNIN ΔΕΙΔΕ ΘΕΑ ΠΗΛΗΙΑΔΕΩ

e sobre as Carneias, trabalha a proposta de uma entidade pré-dórica teriomórfica que teria sido sincretizada na figura de Apolo *Karneios*. Quanto aos combates, dedica uma longa reflexão sobre a validade das fontes tardias e as condições para que essas informações possam ser atribuídas a períodos anteriores da história de Esparta. O recuo leva o autor a construir paralelos com práticas romanas, macedônicas e védicas, concluindo pela hipótese de sobrevivência de um arquétipo estrutural em torno da legitimação real da diarquia espartana pelo combate, cristalizado como ritual.

A obra termina com uma proposta de organização do calendário religioso da cidade, na sequência das análises precedentes. No geral, Richer parece aceitar a imagem de que os Espartanos seriam particularmente pios entre os gregos, percepção reforçada com o enfoque nos comportamentos e na ideologia dos *homoioi*. Consequentemente, Periecos e Hilotas, tal como outras populações sujeitas da Lacônia, só pontualmente são aludidas enquanto participantes nas festas que, para o autor, não lhes pertencem na totalidade. Contudo, lembremos, toda a monografia ensaia, abertamente, uma interpretação de conjunto a partir das dinâmicas de um grupo específico da comunidade. Por isso, quando questionamos a validade de tal opção, encontramos-nos nos limites da programática avançada.

**Martim Aires Horta**

**STEPHANIE PAUL** (2013), *Cultes et sanctuaires de l'île de Cos*. (Kernos Supplément 28). Liège, Presses Universitaires de Liège, 442 pp. ISBN 978-2-87562-029-3 (40.00€).

Stephanie Paul apresenta uma monografia regional sobre a religiosidade da ilha de Cós, na sequência da sua tese de doutoramento, que revê completamente o estado deste assunto desde os esforços de Sherwin-White (1978). Trata-se de uma obra dotada de extensas e completas referências documentais, que aproveita na totalidade as potencialidades dos testemunhos epigráficos, fundamentais numa comunidade em relação à qual as fontes literárias não nos elucidam com particular profundidade e que, como a maioria das ilhas do Egeu, fica de fora do percurso de Pausânias. Este esforço inclui, sublinhe-se, os primeiros resultados da revisão da totalidade do *corpus* epigráfico da ilha nas *Inscriptiones Graecae* (Vol. 12/4, fasc. 1, 2010), que

completam o domínio total das edições fundamentais dos materiais (Paton-Hicks 1891, Maiuri 1925, Herzog 1928, Segre 1993-2007).

O tratamento aprofundado destas fontes, avançando, para os documentos mais relevantes, traduções comentadas com transcrição do grego ao longo do raciocínio monográfico, assim como a inclusão de um anexo dedicado à edição dos calendários oficiais dos cultos, colmata, em parte, a precariedade de acesso aos materiais e reforça o valor operativo da consulta. Mas a extensão deste esforço revela a sua maior pertinência pelo facto da ilha de Cós nos ter legado o mais relevante conjunto de contratos de venda de sacerdócios públicos. Esta categoria de inscrições, dotadas de força legal, eram usadas pelas autoridades para garantir a observância e exercício correcto do culto pelas partes envolvidas juntamente com as garantias de financiamento do próprio, mas também, quando necessário, para corrigir parâmetros específicos do seu funcionamento interno e da relação com a *polis*. Este fenómeno, além de ser uma janela para o quotidiano e gestão dos cultos, é um exemplo manifesto dos limites do conceito de *leges sacrae* como categoria documental epigráfica, que tem vindo, aliás, a ser claramente posto em causa nos últimos anos. Consequentemente, o trabalho da autora sobre este conjunto compreende um contributo relevante para o estudo deste tema.

O momento cronológico referencial da exposição corresponde, naturalmente, ao sinecismo das comunidades da ilha em 366 a.C., que motivou uma prolífera produção de testemunhos, reflectindo uma clara marca na dinâmica religiosa de Cós. Novas fundações e inovações com vista a estabelecer os cultos políades e a reflectir as novas dimensões do grupo e diferentes relações com o seu território é um tema que Paul coloca em primeiro plano. Ademais, a autora avança que as soluções encontradas e suas codificações testemunham uma comunidade que, no período helenístico, valoriza claramente a religião da *polis*, contrariando a tese de que esta teria sofrido uma certa decadência no mundo grego. O impacto do sinecismo, contudo, não apaga completamente estruturas precedentes da religiosidade da ilha: pelo contrário, Paul identifica continuidades que, de certa forma, chegam a assumir sentidos «contra-políades», como é o caso do culto de Apolo em Halasarna e as suas restrições na participação, sobrevalorizando o próprio *demos* em detrimento dos restantes habitantes da ilha.

A primeira parte da obra compreende um extenso levantamento dos cultos de acordo com a divindade principal e a sua localização geográfica. São identificados, com base nos documentos existen-

tes para cada caso, os diferentes elementos de cada rito articulado no culto, assim como a estrutura do corpo sacerdotal, as narrativas associadas, os diferentes epítetos usados, o estado dos santuários e a relação com outras divindades. A autora começa pelo núcleo urbano homónimo resultante do sinecismo, onde se concentram os cultos dos deuses da *polis*, mas que também assumem, entre as suas funções, a protecção particular dos membros da comunidade que de alguma forma se relacionam com o mar, como mercadores, capitães de navios ou embaixadas, chegando mesmo a duplicar os santuários com localizações suplementares no porto da cidade. Segue-se um capítulo dedicado ao recinto de Asclépio, santuário que se distingue por uma importância e projecção sem comparação com qualquer outro da ilha. Naturalmente, sendo o caso mais trabalhado pela historiografia precedente, oferece menos hipóteses de inovação para a autora que, reconhecendo-o, introduz o tema e desenvolve um extenso e completo estado da arte resumindo as questões essenciais, desde a constituição e origem do espaço, às práticas e dinâmicas rituais, tal como ao problema das restantes divindades que partilham o *temenos*. Os três capítulos seguintes dedicam-se aos cultos periféricos dos restantes *demoi*, revelando calendários próprios e particularidades panteónicas que demonstram uma relevante autonomia face ao sinecismo em complemento da dinâmica agregadora das comunidades em torno de cultos políades. A imagem traçada para estas entidades é, contudo, bastante desigual, algo que se deve fundamentalmente ao estado da documentação que condiciona as reconstruções da autora.

A segunda parte da obra procura a possível síntese da manifesta diversidade levantada, organizando a exegese por dois exercícios: a configuração do panteão local e a estruturação dos padrões rituais nos actos sob uma noção alargada de «práticas sacrificiais». A autora inicia o quarto capítulo com o exemplo de Apolo para ilustrar os limites das próprias propostas de interpretação: é manifesta a existência e importância do culto na ilha, mas a figura mostra-se relativamente apagada nos testemunhos, pelo que se deve inquirir se tal se deve a uma anomalia estatística na documentação ou a uma particularidade do sistema politeísta da ilha. Além desta precariedade, o esforço em categorizar as divindades pelo denominador de função no panteão nem sempre é claro pela sobreposição dos domínios de actuação, cuja variedade de combinações parece ser tanto mais marcada quanto menor é a escala da análise. Em todo o caso, é identificada clara-

mente a particularidade da associação Zeus/Atena sobre diferentes epítetos – *Phatrios/Phatria*, *Sōter/Sōteira*, *Alseios/Alseia* e *Machaneus/Machanis* – diferenciando de acordo com os diferentes papéis e grupos associados. A obra termina com o capítulo dedicado às características das «práticas sacrificiais», em que Paul assume claramente a perspectiva de que, tal como os panteões, também as estruturas do rito têm variações locais e que, com a redução da escala de observação e interpretação, a noção de um modelo estável, que possa ser projectado sobre os comportamentos, é seriamente posto em causa pelos testemunhos. São sinalizados paralelos e divergências com os supostos paradigmas da religião grega em relação a aspectos como a escolha da vítima, o tipo de consagração ou a forma das libações, e a autora desenvolve os exemplos específicos da ilha que maiores contributos podem dar ao debate.

Em suma, trata-se de uma monografia que claramente responde às potencialidades historiográficas das dinâmicas locais e regionais na religião grega e se assume como o trabalho de referência sobre os cultos de Cós. É avançada uma síntese que revê praticamente toda a documentação disponível, e esse conjunto de testemunhos é analisado criticamente, com bastante profundidade, reforçando a validade da consulta. Desta forma, enquanto estudo que aborda um espaço sobre o qual a relativa ausência de fontes literárias pode, à partida, colocar entraves à interpretação de um sistema local, é aplicado um método, particularmente próximo do que foi já avançado para a Arcádia por Madeleine Jost, que estabelece um denominador mínimo das realidades religiosas, mas validando, acima de tudo, a pertinência do uso dos materiais epigráficos para esse fim.

**Martim Aires Horta**

**GUSTAVO GARCÍA VIVAS** (2013), *Octavia contra Cleopatra. El papel de la mujer en la propaganda política del Triunvirato (44-30 a.C.)*. Madrid, Liceus Ediciones, 257 pp. ISBN 978-84-9714-039-3 (21.00 €).

O livro em epígrafe é o resultado da tese de mestrado de Gustavo García Vivas, apresentada à Universidad Autónoma de Madrid. Nele, é reavaliado o protagonismo político de Octávia, irmã de Octaviano/Augusto, e de Cleópatra VII, durante o segundo triunvirato (43-30 a.C.). A obra insere-se nas tendências historiográficas do último quartel do